

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922) foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922 e se prolongou até o dia 24 de julho do ano seguinte. Realizada no mesmo ano de outros eventos relevantes para a história brasileira, como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Revolta do Forte de Copacabana, a Exposição do Centenário vem despertando crescente interesse da historiografia preocupada com o tema da identidade nacional na década de 1920.

AS VITRINES DO PROGRESSO

A celebração do Centenário da Independência foi reclamada com bastante antecedência. Um exemplo relevante dessa “vigilância comemorativa” foi dado pela *Revista do Brasil*, fundada em janeiro de 1916. Logo em seu primeiro número, a revista, com razoável antecedência de seis anos, pregava a necessidade de se comemorar festivamente esse “primeiro marco glorioso da existência nacional”.

A realização de uma “Exposição Universal” no Rio de Janeiro, então capital federal, destacou-se como a mais ambiciosa das atividades comemorativas então programadas. Desde a primeira exposição internacional em Londres (1851), cujo símbolo foi o Palácio de Cristal, as chamadas “vitrines do progresso” sempre apresentaram alguns aspectos em comum, entre os quais se destacavam, entre outros, as motivações comerciais, o afluxo de divisas e turistas, o impacto sobre a infraestrutura urbana, e a difusão de valores e de padrões de conduta. O mais importante, e ainda hoje é assim, era a afirmação do prestígio nacional, representado pelos pavilhões de cada país que constituíam a ossatura das exposições.

A participação brasileira nessas “vitrines do progresso” se iniciou de maneira muito discreta na Exposição Internacional de Londres de 1862. Antes disso, em 1861, a

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) havia organizado uma Exposição Nacional no prédio da Escola Politécnica, no largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. De maior porte foi a Exposição Nacional de 1908, em comemoração do Centenário da Abertura dos Portos brasileiros ao comércio internacional. Tendo como objetivo a preparação da participação brasileira na Exposição Internacional de Bruxelas (1910), o evento de 1908 visava igualmente a apresentar a nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas realizadas durante a gestão do prefeito Pereira Passos.

A EXPOSIÇÃO

Em junho de 1920, Ralph de Cobham, representante de um grupo de capitalistas estrangeiros no Brasil, sugeriu ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a realização de uma “exposição internacional de comércio e indústria” para a comemoração do Centenário da Independência. Coube ao senador Paulo de Frontin, um mês depois, propor ao Congresso Nacional a emissão de cem mil contos para financiar o evento, provocando intenso debate sobre a disponibilidade de tão vultosos recursos em conjuntura de grave crise financeira. Pelo Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, foi enfim determinada a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só ocorreu quase um ano depois, com o Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da exposição, a realização de numerosas conferências e a publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos.

Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro João Pires do Rio, a organização da exposição, que deveria compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, relacionadas à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes. Era prevista ainda a concessão de uma área contígua aos pavilhões nacionais para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à

exibição de seus produtos.

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a parte nacional da exposição se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos, bem como de avaliar a qualidade e a quantidade daqueles que deveriam ser admitidos na exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, bem como a realização de conferências sobre temas econômicos.

As obras de preparação da área da exposição mobilizaram a população carioca. A demolição do morro do Castelo, berço da cidade, para dar lugar à construção dos pavilhões e palácios nacionais e estrangeiros, provocou aceso debate entre os que consideravam o arrasamento um “imperativo da modernidade”, e aqueles que viam o desaparecimento da “colina sagrada” como um verdadeiro “sacrilégio”. Os gastos excessivos com um empreendimento tão custoso, especialmente em uma época de dificuldades financeiras, bem como a demora na construção dos prédios, muitos só concluídos após a inauguração da exposição, provocaram, de parte a parte, ataques contundentes e defesas inflamadas. De qualquer modo, é importante lembrar que a edificação de um espaço especialmente criado para a exposição tinha o intuito de revelar a capacidade do anfitrião de realizar empreendimentos excepcionais. De modo semelhante, para a Exposição de Saint Louis (EUA), em 1904, lagos foram aterrados e rios desviados.

A Exposição do Centenário foi festivamente inaugurada na “data magna”, 7 de setembro de 1922. A seção nacional localizou-se na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmonte do morro do Castelo. Nesse local, concentraram-se oito pavilhões: do Comércio, Higiene e Festas; das Pequenas Indústrias; da Viação e Agricultura; da Caça e Pesca; da Administração; de Estatística, aos quais se somavam os palácios das Indústrias e dos Estados.

Na avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o palácio Monroe – onde funcionava o *bureau* de informações –, alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras. Treze países aí se fizeram representar: da América, Estados Unidos, Argentina e México; da Europa, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica e Noruega; da Ásia, o Japão. Apenas quatro desses prédios resistiram ao tempo e à especulação imobiliária: o pavilhão da Administração (Museu da Imagem e do Som); o palácio da França (Academia Brasileira de Letras); o palácio das Indústrias (Museu Histórico Nacional); e o pavilhão de Estatística (órgão do Ministério da Saúde).

Passadas as festas de inauguração, a exposição ficou aberta aos visitantes que, oriundos da capital e dos outros estados, acorreram em massa aos palácios e pavilhões, bem como ao alegre e movimentado parque de diversões. Os registros apontam para o mês de fevereiro de 1923, considerado fraco pelo calor que assolava a cidade, uma frequência de 175 mil visitantes, com piques de até 14 mil pessoas em um só dia.

Primeira exposição a se realizar após a Grande Guerra, o grande desafio da Exposição do Centenário foi o de traduzir a vontade de renovação que então mobilizava o mundo. Se a ênfase nos mostruários dos palácios nacionais ainda recaiu sobre as riquezas naturais do país, o que deveria ser ressaltado, e efetivamente o foi, era a possibilidade de exploração desses recursos naturais. No século XX, quem dava as cartas era a ciência, expressa na confiabilidade dos dados estatísticos, nas maravilhas da química, nas luzes da eletricidade, na magia do rádio. A primeira transmissão de rádio no Brasil ocorreu justamente durante a

inauguração da Exposição do Centenário, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa.

Marly Motta

FONTES: KESSEL, C. *Vitrine*; MOTTA, M. *Nação*; SAMPAIO, C. *Arrasamento*;
SAMPALIO, C. *Memória*.